

ÍNDICE

Índice de Quadros	ii
Índice de Gráficos	ii
INTRODUÇÃO	1
I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO (2011-2013)	2
I.1. Conjuntura Macroeconómica.....	2
I.2. Previsão de Envelope de Recursos	7
II. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO EM 2010	9
II.1. Execução das Receitas do Estado	10
II.2. Execução das Despesas do Estado.....	11
III. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011	14
III.1. Objectivos Gerais da Política Orçamental	15
III.2. Objectivos Gerais da Política do Financiamento do Défice	15
III.3. Objectivos Gerais da Política Tributária	16
III.4. Objectivos e Prioridades na Afectação e Realização da Despesa Pública	17
III.5. Receitas do Estado para 2011	18
III.6. Componente Externa para 2011.....	19
III.7. Previsão das Despesas do Estado	21
III.7.1. Despesas Correntes	21
III.7.2. Despesas de Investimento.....	23
III.7.3. Despesas com Operações Financeiras	24
IV. Despesas Globais por Âmbito (Central, Provincial, Distrital e Autárquico)	26
V. Despesas Globais por Programas	27
VI. Financiamento do Orçamento do Estado	28
VII. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	30
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32

Índice de Quadros

QUADRO 1. CONTRIBUIÇÃO SECTORIAL NA TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (2010-2013)	4
QUADRO 2. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS	5
QUADRO 3. EVOLUÇÃO DO ENVELOPE DE RECURSOS PARA 2011-2013	7
QUADRO 4. EXECUÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO PARA 2010	10
QUADRO 5. EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO ESTADO PARA 2010	11
QUADRO 6. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO (2009-2011)	18
QUADRO 7. DESPESAS DE INVESTIMENTO	23
QUADRO 8. PROJECTOS DE INVESTIMENTO POR SECTORES	24
QUADRO 9. OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO	25
QUADRO 10. MAPA DEMONSTRATIVO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	30

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1. COMPORTAMENTO DO PIB MUNDIAL E DA ÁFRICA SUBSAHARIANA (2009-11)	2
GRÁFICO 2. ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO EXTERNO PARA 2010 (EM % DE RECURSOS TOTAIS)	20
GRÁFICO 3. DESPESAS CORRENTES (% PIB)	21
GRÁFICO 4. DESPESAS GLOBAIS POR ÂMBITO	26
GRÁFICO 5. DESPESA TOTAL POR OBJECTIVOS GERAIS DO PQG	27
GRÁFICO 6. EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DO DÉFICE PARA 2011	28

INTRODUÇÃO

O Orçamento do Estado para 2011 operacionaliza a estratégia do Governo de combate à pobreza e promoção do crescimento económico preceituada no Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2010-2014.

A política orçamental para 2011 será implementada num quadro conjuntural caracterizado pela prevalência de pressões inflacionárias aliada à volatilidade dos preços dos combustíveis a nível internacional, a subida dos preços dos alimentos e as pressões para a depreciação do Metical em relação às principais moedas decorrentes do aumento da procura de importações, com particular destaque para os combustíveis fósseis, alimentos, e bens e capital intermediários. Porém, os sinais de recuperação da economia mundial contribuirão para refrear estas pressões.

Para materializar os objectivos da política constantes da proposta do Plano Económico e Social (PES) para 2011, a despesa pública continuará a ser orientada para acções que concorram para maiores taxas de crescimento económico, com incidência em acções na área de desenvolvimento rural, combate a pobreza urbana, provisão de serviços sociais básicos e infra-estruturas, criação de oportunidades de emprego, bem como na criação de um ambiente favorável ao investimento privado.

O Governo continuará a envidar esforços com vista a incrementar os níveis de arrecadação das receitas do Estado, através do alargamento da base tributária e combate a fraude e evasão fiscal, o que a médio e longo prazo contribuirá para a redução do défice orçamental, garantindo, deste modo, o cumprimento da política da despesa.

Assim, para o exercício económico de 2011, assumem-se como pressupostos macroeconómicos, o crescimento real do PIB em 7.2%, inflação média anual de 8% e a taxa de câmbio média face ao Dólar Americano de 36.7 MT.

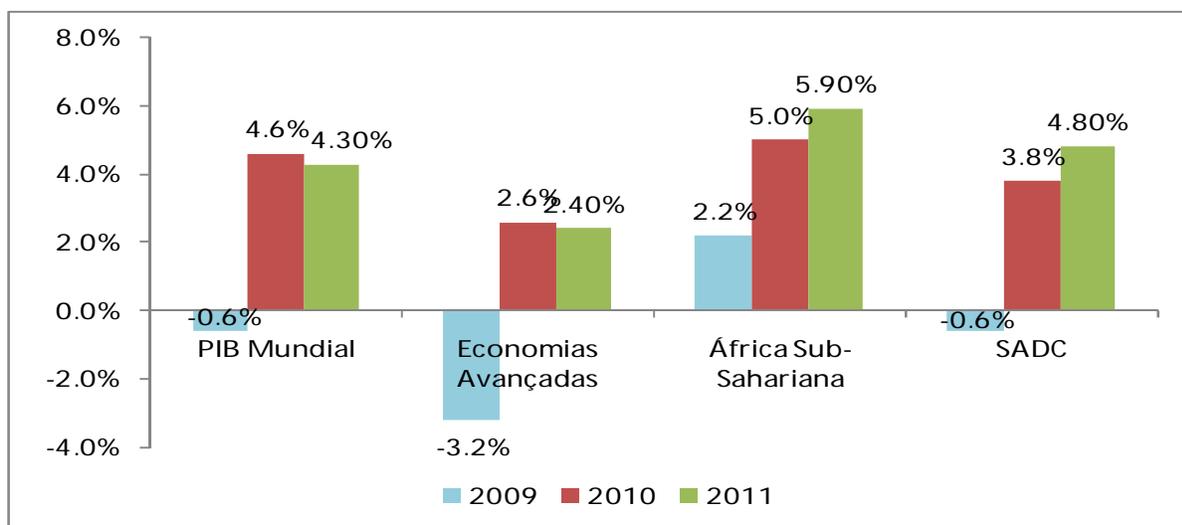
I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO DE MÉDIO PRAZO (2011-2013)

I.1. Conjuntura Macroeconómica

Desde o segundo semestre de 2009 que se assiste a uma inversão nas tendências de crescimento económico mundial, prevendo-se para 2010 um crescimento do PIB mundial de 4.6%. Este nível de crescimento manter-se-á a médio prazo, não obstante prevalecerem riscos associados à alteração do padrão de expectativas dos agentes económicos, com o refreamento das medidas de políticas fiscal e monetária expansionárias implementadas após a crise, face a necessidade de conter-se as pressões inflacionárias associadas a forte expansão da procura agregada em muitos países.

Os Países da África Sub-Sahariana continuam vulneráveis aos choques cíclicos e aos riscos decorrentes da significativa exposição das suas economias às perturbações no funcionamento do sistema económico internacional, sobretudo aos riscos advenientes da volatilidade cambial e deterioração dos termos de troca internacionais, devido a larga dependência da exportação de produtos primários e com pouco valor acrescentado, aliado à dependência de importações de bens de capital intermediários e de produtos processados finais.

Gráfico 1. Comportamento do PIB Mundial e da África Subsahariana (2009-11)



Fonte: World Economic Outlook Update (Julho 2010)

Em 2009, a África Sub-Sahariana registou um crescimento económico de 2.2%, tendo se previsto para 2010 uma aceleração para cerca de 5%, justificado pela rápida recuperação dos preços dos produtos primários como o petróleo, minerais e produtos agrícolas (que representam 80% das exportações africanas) associados à recuperação da economia mundial e ao impacto das medidas fiscais e monetárias expansionistas para conter os efeitos da crise financeira internacional.

De um modo geral, à excepção de África do Sul, Angola e Botswana, os Países membros da SADC mostraram-se relativamente imunes à crise, esperando-se para a região uma recuperação robusta em 2010 e 2011 com um crescimento de 3.8% e 4.8% respectivamente.

O volume do comércio internacional, em 2009, registou uma queda em cerca de 11.3% como corolário dos efeitos da crise económica mundial, tendo em 2010, beneficiado de uma forte recuperação, associada à recuperação do crescimento económico. As perspectivas do comércio mundial dependerão da evolução da actividade económica global, bem como do risco de implementação de políticas comerciais proteccionistas.

No que concerne à inflação da economia mundial, as projecções apontam para um aumento em 1.4% e 1.3% para 2010 e 2011, respectivamente. A mesma tendência regista-se nas economias emergentes e em desenvolvimento, prevendo-se uma subida para 6,3% em 2010 e um abrandamento de 5% em 2011, contra os 5.2% verificados em 2009.

Contexto Nacional

No primeiro semestre de 2010, o crescimento económico atingiu (8.8%) comparativamente ao período homólogo do ano anterior, tendo contribuído para este desempenho, o sector terciário que cresceu em (9,9%), com destaque para os serviços de transportes e comunicações (11,3%), comércio e serviços de reparação (7,5%), seguido do sector primário que registou um crescimento de 9.5%, impulsionado pela agricultura e pela indústria extractiva que cresceram em (10.0%) e (4.2%), respectivamente. O sector secundário registou um desempenho positivo de (5,2%), influenciado pelo sector da construção, que cresceu em (17.8%).

Assim face ao bom desempenho, perspectiva-se que até ao final do ano a taxa de crescimento económico situar-se-á em (6.7%), acima dos (6.2%) previstos no OE-2010.

Conforme se pode depreender do Quadro 1 a seguir, para o exercício económico de 2011, as perspectivas macroeconómicas apontam para um crescimento global de (7.2%) que poderá ser justificado pelo desempenho dos sectores da agricultura (9.4%), indústria transformadora (4.8%), electricidade e água (10.7%), comércio (6.7%) e transportes e comunicações (9.4%). A médio prazo, em 2013 prevê-se que o crescimento do PIB seja induzido sobretudo pelos sectores de agricultura, indústria extractiva, electricidade e água, construção e transportes e comunicações, com taxas de crescimento média anual de (9.8%), (11.3%), (10.9%), (10.8%) e (9.7%), respectivamente.

Quadro 1. Contribuição Sectorial na Taxa de Crescimento do PIB (2010-2013)

	2010 previsão	2011 previsão	2012 previsão	2013 previsão
Agro-pecuário e silvicultura	9.7	9.4	9.6	9.8
Pesca	0.4	4.0	4.1	4.3
Indústria Extractiva	6.4	9.5	10.0	11.3
Indústria Transformadora	2.6	4.8	4.9	6.0
Electricidade e Água	6.1	10.7	10.7	10.9
Construção	12.0	11.5	11.5	10.8
Comércio	8.0	6.7	6.7	6.8
Restaurante e Hotéis	14.3	7.2	7.2	7.8
Transporte e Comunicações	12.0	9.4	9.5	9.7
Serviços Financeiros	6.0	8.0	8.0	8.0
Aluguer de Imóveis e Serviços de Empresas	0.6	0.5	0.5	0.5
Administração Pública e Defesa	9.0	7.3	7.6	7.9
Educação	7.0	6.8	7.5	7.7
Saúde	7.0	6.9	7.5	8.1
Outros Serviços	0.6	0.8	0.9	1.1
Taxa de Crescimento do PIB	6.7	7.2	7.4	7.7

No que se refere à Inflação para 2010, prevê-se uma taxa média de 12.7% face à taxa de 3.3% registada em 2009. Este aumento é influenciado pelos seguintes factores:

- A recuperação dos preços internacionais de alimentos e do petróleo bruto (variação anual em 56.5% entre Janeiro e Junho de 2010) face a 2009, conjugada com a remoção gradual do subsídio ao preço dos combustíveis¹;
- Depreciação do Metical face ao Rand e Dólar Americano em cerca de 30% de Janeiro a Julho do ano corrente², agravando o custo de produtos importados;
- A correcção da tarifa de água em 20% nos primeiros cinco meses de 2010;
- A fraca oferta de frutas e vegetais;
- Expansão do crédito à economia que resultou no aumento da liquidez no mercado, associado às medidas fiscais e monetárias de estímulo adoptadas em 2009.

Os pressupostos macroeconómicos que fundamentaram o exercício de programação orçamental para 2011 reflectem também a melhoria na conjuntura económica e financeira internacional, como se pode observar no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2. Pressupostos Macroeconómicos

	2008	2009	2010	2011
PIB nominal (milhões de USD)	9,919	10,037	9,759	10,218
PIB nominal (milhões de MT)	239,775	269,000	324,000	375,000
Taxa de crescimento real (%)	6.7	6.4	6.7	7.2
Inflação Média Anual (%)	10.3	3.3	12.7	8.0

Assim, para 2011, espera-se que a inflação desacelere, reflectindo o aumento da produção interna de alimentos, e consequentemente a redução das importações, uma maior estabilidade do preço internacional de mercadorias, e o esforço do Governo e do Banco de Moçambique na

¹ Com a introdução do subsídio às gasolinhas, os preços de venda ao público dos combustíveis foram congelados de Março 2009 a Março 2010. A necessidade de reduzir os custos com subsídios aos preços que levou a 4 variações de preços entre Março e Agosto 2010.

² A causa da depreciação face ao dólar é relacionada à instabilidade do mercado cambial interno; ao declínio significativo do valor das exportações (variação anual em -37% até Junho 2010); à elevada procura por divisas para as despesas com importações (sobretudo combustíveis) e fortificação do Dólar face às principais moedas transaccionadas no mercado internacional (particularmente em relação ao Euro). A depreciação face ao Rand é de atribuir ao fortalecimento desta moeda no mercado internacional em resultado da fortificação da cotação do ouro e dos ganhos com a realização do campeonato do mundo de futebol.

articulação adequada das políticas fiscal, monetária e cambial, de forma a manter a taxa de inflação na banda de 1 dígito.

Os níveis de crescimento previstos para o triénio 2011-2013, serão sustentados pela estratégia de expansão do investimento público e privado de modo a colmatar os défices em infra-estruturas de transporte e energia, e, assim, contribuir no potencial crescimento do País e no aumento da produção interna.

Neste contexto, no exercício económico de 2011, a implementação dos projectos a seguir elencados poderá contribuir para sustentar o crescimento do PIB:

- O arranque das obras do Aeroporto de Nacala, com um custo estimado em USD 120 milhões, que terá um papel crucial no desenvolvimento do norte do País e no entendimento de zona económica especial.
- A expansão do Projecto de Gás Natural nos Jazigos de Pande e Temane no valor de USD 100 milhões;
- Os projectos de dinamização do turismo, Arco Norte e Âncora, com investimento estimado em USD 252 milhões e USD 223 milhões, respectivamente;
- Reabilitação do Porto da Beira, estratégico para ligação com interland (Malawi e Zimbabwe);
- Início dos trabalhos relativos ao Projecto de Construção da Linha de Transmissão entre a barragem de Cahora Bassa e Maputo, o que reduzirá a dependência de reimportações de electricidade;
- Conclusão do corredor entre o Porto da Beira e o Zimbabwe, reabilitação do troço da Beira a Inchope (120 km), e as estradas de Gaza e Maputo (170km), que poderá ligar áreas com alto potencial turístico e agrícola.

I.2. Previsão de Envelope de Recursos

O Quadro 3, mostra a projecção de recursos internos e externos disponíveis para afectação sectorial no período 2011-2013. Como se pode depreender, verifica-se em termos nominais, uma tendência crescente, contudo, o total de recursos disponíveis em percentagem do PIB para o período de 2011-2013 passará de 35.3% para 29.6%, significando uma redução em média de 2.8pp do PIB.

Quadro 3. Evolução do Envelope de Recursos para 2011-2013

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
	CGE	CGE	LEI	Previsão	Proposta	CFMP	CFMP
Total de Recursos	69,695.0	84,875.9	117,977.2	115,479.7	132,403.2	120,597.3	133,353.1
Recursos Internos	38,767.0	45,293.3	65,960.6	62,243.6	74,338.3	81,545.5	96,344.4
Receitas do Estado	39,190.1	47,565.0	57,431.8	59,940.0	73,274.8	76,643.4	89,740.0
Receitas Correntes	37,449.8	45,849.7	56,159.8	59,000.9	71,962.3	74,871.9	87,777.8
Receitas Fiscais	32,415.5	39,393.8	47,310.8	49,819.0	60,796.3	62,811.9	73,264.6
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	2,401.0	2,811.2	4,590.3	4,923.3	6,314.1	5,897.1	6,930.2
Receitas Consignadas	2,633.3	3,644.6	4,258.6	4,258.6	4,851.9	6,162.9	7,583.1
Receitas de Capital	1,740.3	1,715.3	939.1	939.1	1,312.5	1,771.5	1,962.2
Privatização (incl. CVRD)	841.0	-	333.0	-	-	441.9	503.5
Crédito Interno	(1,264.1)	(2,271.6)	8,528.8	2,303.6	1,063.5	4,460.2	6,100.8
Recursos Externos	30,928.0	39,582.5	52,016.6	53,236.1	58,064.8	39,051.8	37,008.7
Donativos	23,010.4	25,770.8	33,776.0	34,661.0	35,768.8	26,892.2	23,712.4
Créditos	7,917.6	13,811.8	18,240.7	18,575.2	22,296.0	12,159.5	13,296.3
	% PIB						
Total de Recursos	29.1%	32.4%	38.6%	35.6%	35.3%	30.5%	29.6%
Recursos Internos	16.2%	17.3%	21.6%	19.2%	19.8%	20.6%	21.4%
Receitas do Estado	16.4%	18.2%	18.8%	18.5%	19.5%	19.4%	19.9%
Receitas Correntes	15.7%	17.5%	18.4%	18.2%	19.2%	19.0%	19.5%
Receitas Fiscais	13.5%	15.0%	15.5%	15.4%	16.2%	15.9%	16.3%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	1.0%	1.1%	1.5%	1.5%	1.7%	1.5%	1.5%
Receitas Consignadas	1.1%	1.4%	1.4%	1.3%	1.3%	1.6%	1.7%
Receitas de Capital	0.7%	0.7%	0.3%	0.3%	0.4%	0.4%	0.4%
Privatização (incl. CVRD)	0.7%	0.0%	0.1%	0.0%	0.0%	0.1%	0.1%
Crédito Interno	0.4%	-0.9%	2.8%	0.7%	0.3%	1.1%	1.4%
Recursos Externos	-0.5%	15.1%	17.0%	16.4%	15.5%	9.9%	8.2%
Donativos	12.9%	9.8%	11.0%	10.7%	9.5%	6.8%	5.3%
Créditos	0.1%	5.3%	6.0%	5.7%	5.9%	3.1%	3.0%

Com a recuperação da conjuntura macroeconómica nacional e internacional, perspectiva-se que para o triénio de 2011-2013 o Governo garanta a contenção dos gastos públicos sem contudo afectar a implementação dos programas de investimento público, através do esforço na arrecadação das receitas do Estado (média anual de 0.5pp do PIB), expansão moderada do financiamento interno líquido em média de 0.5pp do PIB e a busca de alternativas de empréstimos externos não concessionais (2.5pp do PIB ao ano, até totalizar USD 900 milhões).

O envelope de recursos internos 2011-2013 mostra um aumento em média de 0.8pp do PIB, influenciado essencialmente pelo esforço do Governo na implementação das reformas da

administração tributária, contenção do crédito interno e redução da dependência externa a médio e longo prazos.

Por outro lado, o fluxo da ajuda externa tenderá a cair ligeiramente como resultado das pressões orçamentais nos Países que prestam apoio programático à Moçambique, o que os tem levado a sustentar previsões mais cautelosas em relação aos desembolsos de donativos para o período 2011-2013, pelo que o envelope de recursos externos decrescerá em média em 3.6pp do PIB por ano, no período em análise.

II. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO EM 2010

No decorrer do primeiro semestre de 2010 e mais recentemente, a economia nacional foi assolada pela conjuntura internacional e nacional de choques e de desequilíbrios nas contas públicas e na balança de transacções correntes, originados pelas pressões inflacionárias e pela tendência de depreciação do Metical face ao Dólar e ao Rand, tendo resultado num encarecimento do custo de vida, o que teve impacto sobre os segmentos mais vulneráveis da população.

Assim, com vista a mitigação dos choques acima mencionados, houve a necessidade do Governo adoptar medidas excepcionais na execução do OE 2010, para garantir o restabelecimento do equilíbrio macroeconómico, através de, entre outras, as seguintes medidas:

- Ajustamento da meta de receitas do Estado, devido ao bom desempenho no nível de arrecadação no primeiro semestre de 2010, e tendência de crescimento económico registada no mesmo período.
- Contenção nas rubricas de Bens e Serviços: Passagens Aéreas (redução de Viagens Dentro e Fora do País e redefinição do direito do uso da classe executiva), Ajudas de Custo, Combustíveis, Lubrificantes e Comunicações;
- Restrição na utilização do cativo obrigatório em 10%, para as Despesas de Investimento Interno;
- Reorientação dos saldos para o reforço das verbas que exercem pressão, a destacar: Despesas com Pessoal, Encargos da Dívida e os Subsídios ao Preço da farinha de trigo, através das panificadoras (incluindo compensação às moageiras) e ao preço dos transportes urbanos, para conter a subida dos preços.

II.1. Execução das Receitas do Estado

A previsão inicial de arrecadação de receitas situava-se em 57.431,7 milhões de MT. Face ao ajustamento, a nova meta para as receitas passará para 59.940 milhões de MT, um aumento na ordem de 2.508,0 milhões de MT, equivalente a 18.5% do PIB.

Conforme ilustra o Quadro 4, a receita do Estado no primeiro semestre de 2010 teve uma realização de 27.941,6 milhões de MT equivalente a 48.7%, um crescimento em cerca de 3.0pp face a igual período de 2009. Este crescimento foi sustentado pelo bom desempenho das receitas correntes em particular das receitas fiscais, com um crescimento em cerca de 2.5pp.

Quadro 4. Execução das Receitas do Estado para 2010

<i>Milhões de MT</i>	2009		2010		Execução Semestral		Taxas de execução (%)		
	Lei	LEI	Previsão	2009 1º	2010 1º	2009 1º	2010 1º	2010 Jan-	
				sem.	sem.	sem.	sem.	Ago	
Receitas do Estado	46,216.3	57,431.7	59,940.0	21,093.8	27,941.6	45.6%	48.7%	62.3%	
Receitas Correntes	43,989.2	56,149.8	59,000.9	20,434.5	27,491.6	46.5%	49.0%	62.2%	
Receitas Fiscais	37,197.8	47,310.8	49,819.0	17,567.3	24,978.2	47.2%	52.8%	63.5%	
Impostos sobre rendimentos	12,385.1	17,498.8	17,475.1	6,614.4	8,563.3	53.4%	48.9%	66.5%	
IRPS	6,181.2	8,036.3	7,927.0	3,112.0	3,893.0	50.3%	48.4%	68.2%	
IRPC	6,153.9	9,403.4	9,489.0	3,480.0	4,642.5	56.5%	49.4%	65.0%	
Imposto especial sobre o Jogo	50.0	59.1	59.1	22.4	27.7	44.8%	47.0%	62.6%	
Receitas sobre Bens e Serviços	22,740.3	27,562.1	30,083.5	10,143.1	13,908.5	44.6%	50.5%	61.7%	
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	15,816.0	19,409.6	21,493.9	7,153.5	10,109.6	45.2%	52.1%	62.4%	
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Nacionais	1,997.5	2,307.9	2,332.9	716.5	994.7	35.9%	43.1%	53.7%	
Imposto s/ Consumo Específico - Prod.s Importados	1,321.2	1,480.1	1,562.5	446.5	524.5	33.8%	35.4%	48.7%	
Imposto s/ Comércio Externo	3,605.6	4,364.5	4,694.1	1,826.6	2,279.7	50.7%	52.2%	66.8%	
Outros Impostos Fiscais	2,072.4	2,250.0	2,260.5	809.8	2,506.4	39.1%	111.4%	65.1%	
<i>dos quais: Imposto sobre Combustíveis</i>	1,114.6	1,045.4	1,045.4	397	1,946.7	35.6%	186.2%	71.1%	
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	2,613.8	4,590.3	4,923.3	1,372.9	1,603.4	52.5%	34.9%	46.1%	
Receitas Consignadas	4,177.5	4,248.7	4,258.6	1,494.4	910.1	35.8%	21.4%	65.9%	
Receitas de Capital	1,187.7	913.3	939.1	659.2	450.0	55.5%	49.3%	66.8%	

- Na categoria das **Receitas Fiscais**, destacam-se as Receitas Sobre Bens e Serviços que tiveram uma realização de 50.5% contra os 44.6% do igual período de 2009 explicado por um lado, pelo efeito da depreciação do Metical em relação ao Dólar e Rand, e por outro, pela realização dos trabalhos de auditoria e fiscalização tributária,

fiscalização de mercadorias em circulação e aumento dos Impostos sobre os Consumos Específicos de Produção Nacional sobre as terminais e postos de controlo sensíveis.

- Os **Outros Impostos Fiscais** tiveram uma realização de 111.4%, um crescimento em cerca de 72.3pp, em relação a 2009, influenciados pelo incremento das receitas provenientes das Licenças de Pesca com destaque para o Imposto de Selo, Taxa sobre Combustíveis, Royalties e Impostos de Superfície.
- As **Receitas não Fiscais**, incluindo as Próprias, registaram uma taxa de realização de 34.9%, o que se traduz numa redução em cerca de 17.6pp. Do mesmo modo, as Receitas Consignadas tiveram uma redução em cerca de 14.4pp, devido a fraca entrega das receitas pelas instituições do Estado, não obstante aos trabalhos de sensibilização que a Administração Fiscal tem vindo a desenvolver junto destas instituições a nível central e provincial.

II.2. Execução das Despesas do Estado

Conforme ilustra o Quadro 5, no primeiro semestre de 2010 as despesas do Estado atingiram o montante de 44.077,5 milhões de MT, o que representa 37.4% da despesa total em relação a previsão para 2010, um crescimento na ordem de 0.9pp em relação a 2009.

Quadro 5. Execução das Despesas do Estado para 2010

<i>(em milhões de MT)</i>	2009		2010		Execução Semestral		Taxas de execução (%)		
	LEI	LEI	Previsão	2009 1º sem.	2010 1º sem.	2009 1º sem.	2010 1º sem.	2010 Jan-ago	
Despesas de Funcionamento	43,995.1	58,060.2	58,445.3	21,827.4	28,028.4	49.6%	48.3%	66.1%	
Despesas Correntes	43,549.7	57,526.5	57,912.4	21,757.7	27,972.8	50.0%	48.6%	66.6%	
Despesas Correntes (excluindo Enc.da dívida)	42,157.8	55,763.5	55,695.8	21,111.7	26,568.0	50.1%	47.6%	66.5%	
Despesas com o Pessoal	22,528.6	29,558.6	30,938.1	11,445.6	13,959.1	50.8%	47.2%	63.1%	
Salários e Remunerações	19,803.3	26,939.3	28,555.6	10,538.1	13,002.6	53.2%	48.3%	63.4%	
Outras Despesas com o Pessoal	1,768.8	2,619.3	2,382.5	907.5	956.5	51.3%	36.5%	59.6%	
Bens e Serviços	9,087.7	10,399.7	8,936.1	4,350.0	4,540.5	47.9%	43.7%	75.2%	
Encargos da Dívida	1,391.9	1,763.0	2,216.6	646.0	1,404.8	46.4%	79.7%	68.3%	
Transferências Correntes	7,936.4	10,489.5	10,551.1	3,924.2	4,988.3	49.4%	47.6%	62.1%	
Subsidio	438.4	1,849.8	2,337.8	282.5	1,432.1	64.4%	77.4%	65.6%	
Outras Despesas Correntes	2,166.4	2,920.6	2,920.6	1,109.3	1,648.0	51.2%	56.4%	93.2%	
Exercícios Findos	0.3	12.0	12.0	0.1	-	34.8%	0.0%	0.0%	
Despesas de Capital	445.3	532.9	532.9	69.7	55.6	15.7%	10.4%	15.0%	
Despesas de Investimento	47,452.6	55,805.0	52,323.2	12,421.5	13,841.8	26.2%	24.8%	37.0%	
Componente Interna	13,446.6	20,790.1	16,904.7	5,243.9	5,805.3	39.0%	27.9%	56.3%	
Componente Externa	34,006.0	34,298.7	35,418.5	7,177.6	8,036.5	21.1%	23.4%	27.9%	
Donativos	26,682.6	22,834.7	23,890.7	5,605.0	4,856.7	21.0%	21.3%	0.0%	
Créditos	7,323.4	11,464.0	11,527.7	1,572.6	3,179.8	21.5%	27.7%	0.0%	
Operações Financeiras	6,694.7	4,645.7	4,711.3	1,492.3	2,207.3	22.3%	47.5%	50.2%	
Activas	5,033.4	2,795.2	2,795.2	754.3	1,036.1	15.0%	37.1%	32.2%	
Passivas	1,661.3	1,850.8	1,916.1	738.0	1,171.2	44.4%	63.3%	76.6%	
Amortizações de Empréstimos Externos	1,192.3	1,232.5	1,232.5	393.4	240.8	33.0%	19.5%	0.0%	
Amortizações de Empréstimos Internos Bancários	469.0	618.3	683.6	344.6	13.7	73.5%	2.2%	0.0%	
Despesa Total	98,142.3	117,977.2	115,479.7	35,741.2	44,077.5	36.4%	37.4%	52.3%	

As **Despesas de Funcionamento** tiveram uma realização de 48.3%, contra os 49.6% do ano passado, explicado sobretudo pelas pressões geradas em algumas rubricas como por exemplo os Encargos da Dívida e Subsídios.

Assim é de destacar o comportamento nas seguintes rubricas:

- As **Despesas com o Pessoal** reduziram em cerca de 3.8pp, face ao ano anterior. No entanto, em termos absolutos, registaram um crescimento real de 8.2% por influência da implementação da política salarial, correcção das folhas salariais efectivamente pagas como forma de evitar os constantes défices nesta rubrica. Assim, a previsão até ao final do ano, será de 30.938,1 milhões de MT, contra os 29.558,6 milhões de MT previstos no OE- 2010;
- Os **Bens e Serviços** reduziram em cerca de 4.2pp em relação a 2009. Aplicadas as medidas de contenção por via da não libertação dos cativos obrigatórios, contenção das verbas de passagens aéreas dentro e fora do País e combustíveis e lubrificantes, para a sua reorientação nas despesas destinadas a minorar o impacto do agravamento dos preços dos bens e serviços básicos no seio da população vulnerável, esta rubrica situar-se-á em cerca de 8.936,1 milhões de MT contra os 10.339,7 milhões de MT previstos na Lei Orçamental para 2010;
- Os **Encargos da Dívida** tiveram uma realização de 79.7%, tendo superado a taxa de igual período do ano anterior em 33.3pp por influência da subida dos juros internos e do aumento do capital externo em dívida, devido ao efeito da depreciação cambial. Face a estes níveis de execução, esta verba foi reforçada para o montante de 2.216,6 milhões de MT contra os 1.763 milhões previstos na Lei do OE-2010;
- As **Transferências Correntes** ficaram abaixo da realização do ano transacto em 1.9pp, apesar de um crescimento nas seguintes rubricas: Embaixadas, Pensões, Outras Transferências às Famílias e Exterior, influenciadas por um lado, pela variação cambial e por outro pelo aumento do número de beneficiários;
- No que se refere aos **Subsídios**, a elevada taxa de realização de 77.4%, deve-se sobretudo ao subsídio ao preço dos combustíveis. Esta verba foi, ainda, reforçada para acomodar os subsídios ao preço da farinha de trigo através das panificadoras (incluindo

a compensação às moageiras) e dos transportes urbanos, avaliados em cerca de 488,0 milhões de MT;

As **Despesas de Investimento** na componente interna e externa tiveram uma realização de 27.9% e 23.4%, respectivamente, face ao ano transacto, justificado por um lado, pela aprovação tardia do OE-2010 e por outro, à entrada tardia do desembolso de fundos programados. Face a estes factos, a componente interna sofreu uma contenção de 10%, o que significa que os 20.970,1 milhões de MT anteriormente acordados no OE-2010 passarão para 16.904,7 milhões de MT.

As **Operações Financeiras** do Estado tiveram uma execução de 47.5%, devido ao pagamento das operações activas e passivas com realização de 37.1% e 63.3%, respectivamente. Este nível de realização é justificado sobretudo pela utilização de fundos externos efectuados por via de acordos de retrocessão e pelo aumento das amortizações de empréstimos externos e dos empréstimos internos bancários.

Assim, com estes níveis de realização verificados no primeiro semestre de 2010, conjugado com a aplicação das medidas de contenção e realocação dos saldos para o reforço das verbas que pressionam o OE-2010, o novo envelope total de recursos passará de 38.6% do PIB para 35.6%, o que se traduz na minimização do recurso ao crédito interno líquido com a finalidade de financiar o défice orçamental.

III. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2011

O Orçamento do Estado para 2011 (OE-2011) operacionaliza a política financeira e os objectivos da política económica e social plasmada no Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2010-2014 e no Plano Económico e Social (PES) 2011, consubstanciados no Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2010 – 2014.

A programação orçamental para 2011 toma como base a afectação de recursos preconizada no CFMP 2011-2013, prossequindo a implementação da metodologia de planificação e orçamentação por programas, abrangendo todos os órgãos e instituições do Estado à nível central, provincial e distrital. Nesta proposta, destaca-se a readequação dos programas à nova estrutura do PQG 2010 – 2014.

Na elaboração da presente proposta de OE, são igualmente consideradas as perspectivas macroeconómicas internacionais, que apontam para uma recuperação da economia global dos efeitos da crise económica e financeira mundial. Esta recuperação verificar-se-á à médio prazo, estimando-se contudo a persistência de alguns focos de instabilidade fiscal e financeira.

Apesar da referida tendência, a actual conjuntura macroeconómica interna é caracterizada pela depreciação cambial em relação às principais moedas e à pressões inflacionárias. Assim, a proposta do OE para 2011 apresenta-se restritiva, visando corrigir de forma gradual os desequilíbrios fiscais e da balança de transacções correntes, através do aumento e diversificação das fontes de captação das receitas do Estado, da estabilização das despesas públicas e da minimização do recurso ao crédito interno, para o financiamento do défice orçamental.

É de realçar que o Governo continuará a promover o crescimento sócio-económico, sustentável e abrangente, com incidência em áreas de desenvolvimento rural, combate à pobreza urbana, provisão dos serviços sociais básicos, infra-estruturas e criação de oportunidade de emprego.

III.1. Objectivos Gerais da Política Orçamental

A política Orçamental para 2011 será orientada de forma a prosseguir com os objectivos de política preconizados no Plano Quinquenal do Governo, os quais estão inerentes à estabilização macroeconómica e a criação de capacidades internas, para a promoção do crescimento e do desenvolvimento económicos e ainda a redução dos índices de pobreza.

Esta política visa, ainda, reduzir a vulnerabilidade do País a choques cíclicos, corrigir os desequilíbrios macroeconómicos através da adopção de medidas conjunturais e estruturais de política fiscal, monetária e cambial, com vista a fortalecer os níveis de confiança do sector privado, aumentar a competitividade dos produtos exportáveis e contribuir para o incremento do investimento interno e do investimento directo estrangeiro, como forma de fomentar a criação de emprego.

No exercício de 2011, o Governo prosseguirá com a implementação de mecanismos que garantam um padrão de execução da despesa pública que não afecte negativamente o comportamento do índice geral dos preços e da taxa de câmbio real efectiva.

III.2. Objectivos Gerais da Política do Financiamento do Défice

A política de financiamento do défice orçamental centrar-se-á no recurso ao financiamento interno e externo (Donativos e Créditos), com vista a suprir a elevada necessidade das despesas, sobretudo às ligadas a projectos de infraestruturas, elementos catalisadores do crescimento e desenvolvimento económico, sendo que:

- O recurso ao crédito interno revela-se a modalidade menos recomendável, na medida em que por um lado, concorre para a redução da oferta de crédito ao sector privado e por outro, origina pressões sobre as taxas de juro, com implicações para a estabilidade macroeconómica e o crescimento.
- O recurso ao crédito externo, concessional e semi-concessional, revela-se menos oneroso ao Governo devido aos baixos custos e riscos associados às taxas de juro e maturidade, sendo, esta fonte de financiamento, a mais recomendável para o Governo.

III.3. Objectivos Gerais da Política Tributária

A Política Tributária para 2011 continuará a prosseguir com a implementação e consolidação das reformas que se têm vindo a desenvolver, dotando as instituições responsáveis, de recursos humanos capacitados e de infra-estruturas físicas e tecnológicas que permitam maior cobrança de receitas de modo a cumprir com os seus objectivos.

Neste contexto, estão estabelecidos os objectivos de alargamento da base tributária, simplificação dos procedimentos nas declarações e no pagamento de impostos, legislação, inspecção, fiscalização, auditorias e desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, que permitam melhorar os processos de gestão tributária, através das seguintes acções:

- Abertura de mais postos fiscais de cobrança, incluindo móveis, e criação de postos fixos junto às fronteiras;
- Simplificação dos procedimentos nas declarações dos impostos e proporcionar aos contribuintes a possibilidade de pagamento via banco ou através de meios electrónicos (e-Tributação);
- Intensificação de acções de auditoria e fiscalização, com maior incidência nos seguintes impostos: IVA, IRPC, IRPS e ICE, incluindo mercadorias em circulação;
- Prosseguimento da implementação de sistemas electrónicos de cobrança e gestão da receita através do e-Tributação e da Janela Única Electrónica, para tornar mais simples e eficazes os processos de colecta da receita, concorrendo também para a melhoria do ambiente de negócios;
- Aperfeiçoamento das acções para a captação do potencial de recursos tributáveis no sector informal, através da melhoria da cobrança do Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes (ISPC);
- Formulação e aprovação de legislação fiscal e aduaneira e a sua implementação para combater a fraude e a evasão fiscal;
- Reforço da estratégia de cooperação internacional, integração regional e aplicação de leis referentes a matéria aduaneira e de tributação internacional; e

- Consolidação da implementação da Unidade de Gestão Central de Mega-projectos e Instituições Financeiras, através da melhoria dos mecanismos de funcionamento e das capacidades de aplicação das técnicas de auditoria especializadas para assegurar o pagamento dos impostos.

III.4. Objectivos e Prioridades na Afectação e Realização da Despesa Pública

A afectação da despesa pública, para 2011, visa assegurar a sustentabilidade orçamental a médio e longo prazos e a gradual redução do défice orçamental e do peso relativo a dependência da ajuda externa.

Neste sentido, continuar-se-á a priorizar as áreas estratégicas na dinamização da produção e produtividade da economia nacional e a correcção de problemas estruturais que dificultam o desenvolvimento sustentável do sector privado, com enfoque nas pequenas e médias empresas.

Para o exercício de 2011, a afectação de recursos para o investimento público prioriza os sectores da agricultura, infra-estruturas, saúde, educação e a área de governação, assim como a descentralização de mais recursos para os Distritos, em consonância com as principais linhas orientadoras do PQG 2010-2014.

O OE 2011 prevê, a implementação de medidas de mitigação dos recentes choques conjunturais cujo impacto se faz sentir no tecido social e económico através do reforço dos subsídios e do apoio social, com vista à redução da pobreza urbana.

Os principais eixos que marcarão a realização da despesa pública em 2011 e cujo impacto reveste-se de importância particular na vida política, económica e social do País e com níveis de absorção de recursos que merecem destaque, são os seguintes:

- Prosseguimento da implementação do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA), no montante de 1.265 milhões de MT;
- Promoção de projectos de geração de rendimento, emprego, auto emprego e produção de alimentos a nível local, com vista a promover o desenvolvimento rural, com enfoque

no melhoramento da gestão do Fundo de Investimento de Iniciativa Local no montante de 1.984,9 milhões de MT;

- Aplicação do Subsídio de Localização, no montante de 1.470,62 milhões de MT;
- Manutenção dos subsídios ao preço da farinha de trigo através das panificadoras e ao preço dos transportes urbanos de passageiros estimados em cerca de 1.240,4 milhões de MT, com vista a garantir a melhoria do custo de vida das camadas sociais mais vulneráveis da população;
- Desenvolvimento de infra-estruturas básicas (Estradas, Pontes, Energia, e outras) para garantir o escoamento da produção para às populações;
- Implementação de acções no âmbito do Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana, incluindo transferências, de forma gradual, de subsídios para os distritos urbanos, no montante de 140,0 milhões de MT.

III.5. Receitas do Estado para 2011

Conforme ilustra o Quadro 6, para o exercício económico de 2011, prevê-se que as receitas do Estado atinjam o montante de 73.274,8 milhões de MT, equivalente a 19.5% do PIB, um crescimento em cerca de 1pp do PIB, face a previsão Orçamental para 2010.

Quadro 6. Evolução das Receitas do Estado (2009-2011)

<i>Milhões de MT</i>	2009	2010	2010	2011	2009	2010	2010	2011
	CGE	LEI	Previsão	Proposta	CGE	LEI	Previsão	Proposta
Receitas do Estado	47,565	57,431.8	59,940.0	73,274.8	17.7%	18.8%	18.5%	19.5%
Receitas Correntes	45,849.7	56,159.8	59,000.9	71,962.3	17.0%	18.4%	18.2%	19.2%
Receitas Fiscais	39,393.8	47,310.8	49,819.0	60,796.3	14.6%	15.5%	15.4%	16.2%
Impostos sobre rendimentos	13,726.8	17,498.8	17,475.1	23,365.1	5.1%	5.7%	5.4%	6.2%
IRPS	6,342	8,036.3	7,927.0	11,738.9	2.4%	2.6%	2.4%	3.1%
IRPC	7,338	9,403.4	9,489.0	11,556.9	2.7%	3.1%	2.9%	3.1%
Imposto especial sobre o Jogo	47	59.1	59.1	69.3	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Receitas sobre Bens e Serviços	23,880.2	27,562.1	30,083.5	34,415.9	8.9%	9.0%	9.3%	9.2%
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	16,975	19,409.6	21,493.9	23,439.7	6.3%	6.3%	6.6%	6.3%
Imposto s/ Consumo Especifico - Prod.s Nacionais	1,794	2,307.9	2,332.9	2,422.3	0.7%	0.8%	0.7%	0.6%
Imposto s/ Consumo Especifico - Prod.s Importados	973	1,480.1	1,562.5	2,038.8	0.4%	0.5%	0.5%	0.5%
Imposto s/ Comércio Externo	4,138	4,364.5	4,694.1	6,515.2	1.5%	1.4%	1.4%	1.7%
Outros Impostos Fiscais	1,787	2,250.0	2,260.5	3,015.3	0.7%	0.7%	0.7%	0.8%
Receitas Não Fiscais (<i>incl. receitas próprias</i>)	2,811.2	4,590.3	4,923.3	6,314.1	1.0%	1.5%	1.5%	1.7%
Receitas Consignadas	3,644.6	4,258.6	4,258.6	4,851.9	1.4%	1.4%	1.3%	1.3%
Receitas de Capital	1,715.3	939.1	939.1	1,312.5	0.6%	0.3%	0.3%	0.4%

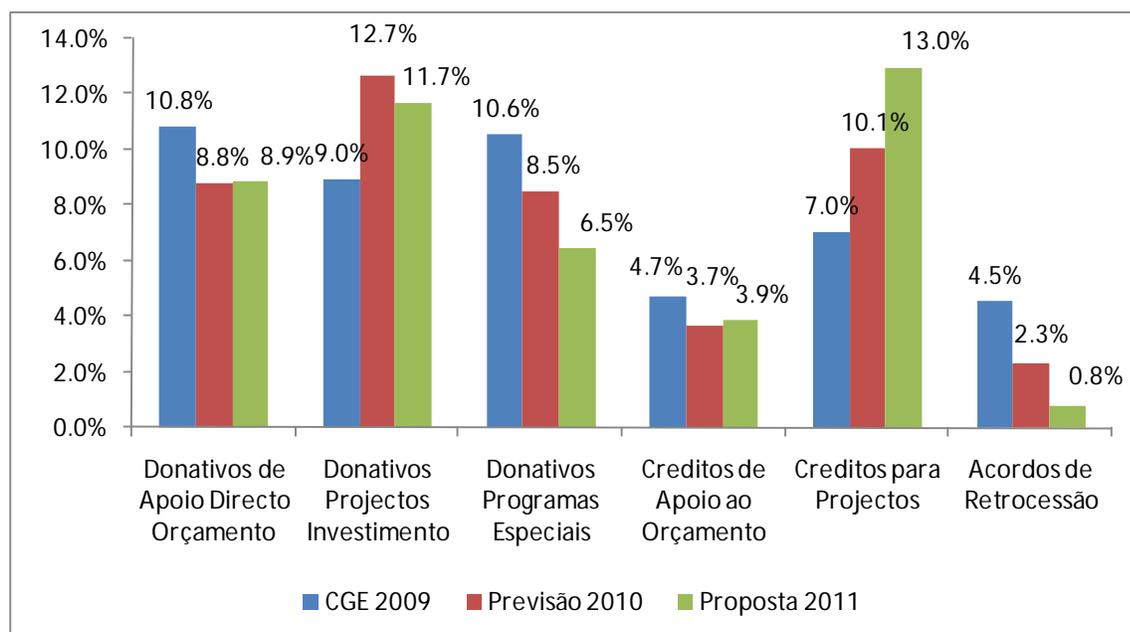
A previsão da arrecadação das receitas do Estado para 2011 toma em conta o bom desempenho nos níveis de realização, em resultado dos esforços no âmbito da política tributária, dos efeitos positivos da depreciação cambial e da tendência de crescimento económico, registados no primeiro semestre de 2010. Assim, destacam-se as receitas com maior contributo no crescimento global:

- Imposto sobre Rendimento: incremento em cerca de 0.8pp do PIB;
- Imposto sobre Bens e Serviços: atingiram cerca de 9.2% do PIB;
- Outros Impostos Fiscais: aumento em cerca de 0.1pp do PIB;
- Receitas não Fiscais, incluindo as Próprias: incremento em 0.2pp do PIB, devido a continuação dos trabalhos de reclassificação e inscrição das receitas no Orçamento do Estado e melhoria no processo de entrega às Direcções das Áreas Fiscais, das receitas próprias, ao nível central e provincial;
- Receitas Consignadas: mantiveram-se em 1.3% do PIB;
- Receitas de Capital: reduziram em cerca de 0.1pp do PIB.

III.6. Componente Externa para 2011

Para o exercício económico de 2011, como ilustra o Gráfico 2, os recursos externos estão avaliados em 58.064,8 milhões de MT, o correspondente a 15.5% do PIB, o que traduz uma redução em cerca de 0,9pp do PIB, comparativamente a previsão de 2010.

Gráfico 2. Estrutura do Financiamento Externo para 2010 (em % de Recursos Totais)



Esta redução deve-se essencialmente ao maior controlo por parte do Governo em relação a regra definida de monitoria à inscrição de novos projectos no Orçamento do Estado sem garantias de financiamento, devido ao problema de baixa execução registado nos últimos anos, o que implica uma redução em termos de programação.

Assim, prevêem-se as seguintes tendências nas principais fontes de financiamento externo:

- Aumento dos Donativos para o Apoio Directo ao Orçamento em 0.1pp do total de recursos, influenciado por um lado, pela contribuição dos Parceiros de Apoio Programático, com excepção de Portugal, e por outro, pelo efeito da depreciação cambial;
- Redução dos Donativos para projectos de investimento em 1pp, face a previsão de 2010.
- Os donativos para programas especiais (Fundos Comuns) reduziram em cerca de 2pp, influenciado pelos fundos do FASE, PROSAUDE, PROAGRI, UTRESP, ESTRADAS e ASA;
- Aumento dos Créditos relativos ao Apoio Directo ao Orçamento, em 0.2pp justificado pelo efeito da depreciação cambial;

- Redução em 1.5pp do financiamento através de acordos de retrocessão.

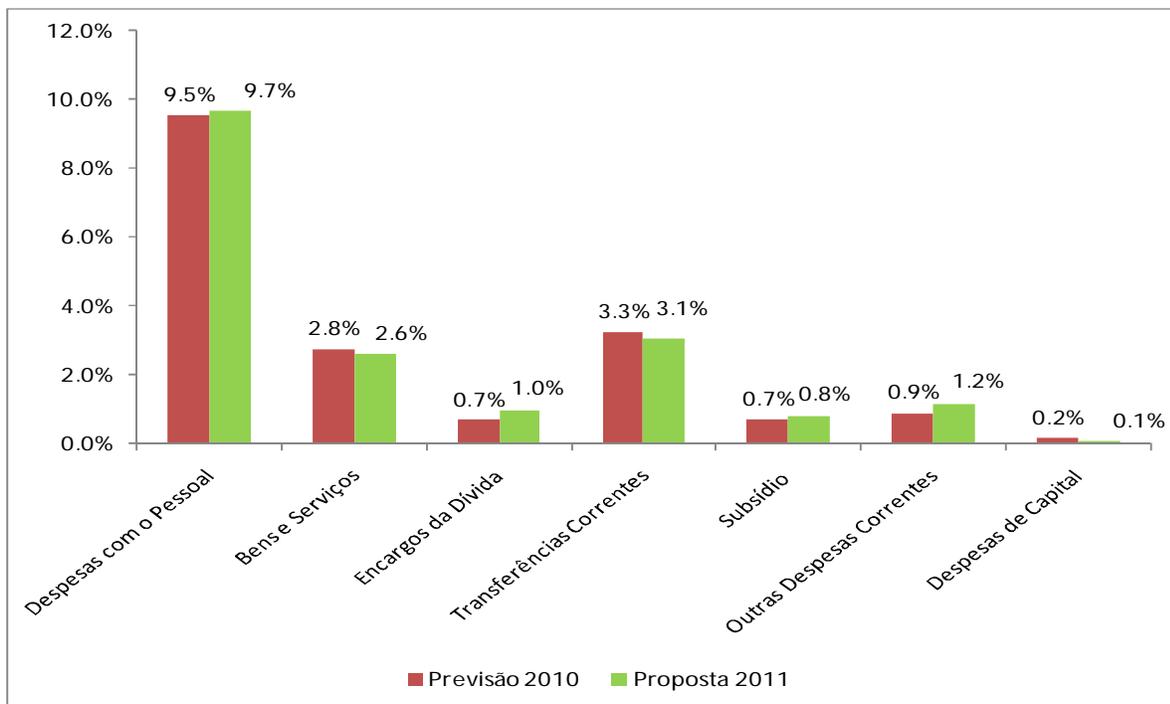
III.7. Previsão das Despesas do Estado

As despesas totais do Estado deverão atingir em 2011, o montante de 132.403,2 milhões de MT, o que corresponde a 35.3% do PIB. Por análise das rubricas, as despesas correntes correspondem a 18.3% do PIB, as despesas de investimento, cerca de 16% do PIB e as operações financeiras, 1% do PIB.

III.7.1. Despesas Correntes

Conforme já referido, as despesas correntes em 2011 estão programadas em 68.785,1 milhões de MT, equivalentes a 18.3% do PIB, que representa um aumento em cerca de 0.3pp do PIB se comparado com a previsão para 2010.

Gráfico 3. Despesas Correntes (% PIB)



Da análise do Gráfico 3, destaca-se o comportamento das seguintes rubricas:

- As **Despesas com o Pessoal** representam 9.7% do PIB, o que significa um incremento em 0.2pp do PIB face à previsão de 2010, em resultado da necessidade de executar as seguintes despesas:
 - ✓ Provisão para a aplicação do subsídio de localização estimado em 1.470.62 milhões de MT;
 - ✓ Provisão para Admissões, Promoções e Progressões no montante de 1.110 milhões de MT;
 - ✓ Contenção das Outras Despesas com Pessoal, nas verbas de Ajudas de Custo Dentro e Fora do País;

Nesta rubrica, estão incorporados os encargos com vista à realização de 13.000 novas admissões na administração pública com um impacto de 900 milhões de MT, sendo 8.500 para o sector da educação, 1.000 para a saúde, 500 para o sector da Justiça e os remanescentes 3.000 para outros sectores. Estão ainda previstas, promoções e progressões com impacto global de 200 milhões de MT.

- As **Despesas com Bens e Serviços**, representam 2.6% do PIB, constituindo uma redução em 0.2pp, resultante da necessidade da racionalização das despesas, através da contenção nas rubricas passagens aéreas, combustíveis e lubrificantes e comunicações.
- Os **Encargos da Dívida** deverão atingir 1% do PIB, representando um aumento de 0.3pp, por um lado, devido sobretudo aos encargos internos ligados a Obrigações de Tesouro (OTs) e à compensação às gasoleiras, por outro, aos encargos externos, decorrentes do efeito da depreciação da moeda;
- A rubrica de **Transferências Correntes** deverá atingir 3.1% do PIB, para acomodar as despesas com as Pensões Civas e Militares, Subsídio de Alimentos e Geração de rendimentos, deslocação de doentes, Dirigentes Cessantes e Subsídio de Reintegração.

- Os **Subsídios** deverão atingir 0.8% do PIB, representando um aumento de 0.1pp, devido sobretudo à programação de verbas para suportar os subsídios ao preço da farinha de trigo através das panificadoras e ao preço dos transportes urbanos de passageiros;
- As **Outras Despesas Correntes**, representam 1.2% do PIB, acomodando as despesas com os Reembolsos do IVA, IRPC, IRPS, e outras.

Para além das despesas acima mencionadas, foi programado um montante de 120,0 milhões de MT, para prevenção, resposta e mitigação de calamidades naturais que constitui uma das prioridades do Governo.

III.7.2. Despesas de Investimento

O montante previsto no Orçamento do Estado é de 60.043.9 milhões de MT, correspondente a 16% do PIB. Face a previsão de 2010, nota-se uma redução em percentagem do PIB de 0.1pp, explicado pelo decréscimo tanto da componente interna como da externa (Quadro 7).

Quadro 7. Despesas de Investimento

Milhões de MT	CGE 2009	Lei 2010	Previsão 2010	Proposta 2011
Despesas de Investimento	35,336.2	55,805.0	52,323.1	60,043.9
<i>em % PIB</i>	13.1%	18.3%	16.1%	16.0%
<i>em % da Despesa Total</i>	41.6%	47.3%	45.3%	45.3%
Componente Interna	13,431.5	20,790.6	16,904.7	18,839.5
<i>em % PIB</i>	5.0%	6.8%	5.2%	5.0%
<i>em % da Despesa Total</i>	15.8%	17.6%	14.6%	14.2%
Componente Externa	21,904.7	35,014.5	35,418.5	41,204.3
<i>em % PIB</i>	8.1%	11.5%	10.9%	11.0%
<i>em % da Despesa Total</i>	25.8%	29.7%	30.7%	31.1%

As previsões da despesa para a componente interna estão orçadas em 18.839,5 milhões de MT, ou seja, 5.0% do PIB, o que representa uma redução em 0.2pp em relação a previsão de 2010.

A componente externa situar-se-á em 41.204,3 milhões de MT, isto é, 11% do PIB, representando um aumento comparando com a previsão de 2010 em 0.1pp do PIB, devido ao aumento dos créditos.

Considerando que o investimento constitui o elemento impulsionador do desenvolvimento da economia, através da provisão de infra-estruturas públicas, que permite melhorar a quantidade e qualidade dos serviços públicos, criando oportunidades de emprego e melhorando as condições de vida da população, o OE 2011 irá materializar acções integrantes dos projectos, que se apresentam no Quadro 8, por sectores:

Quadro 8. Projectos de Investimento por Sectores

		Milhões de MT	
Agricultura		Juventude, Turismo e Desportos	
Plano de Acção para Produção de Alimentos	1,265.00	Parque Nacional do Limpopo	112.55
Programa de Desenvolvimento Agrário	17.25	Área de Conservação do Turismo	20.50
Fomento de Algodão	0.14	Construção do Estádio Nac. do Zimpeto	90.03
Fomento da Cultura do Caju	99.81	Jogos Africanos de 2011	1,182.30
Projecto de Irrigação do Vale do Save	225.02	Construção do Complexo Desportivo de Pemba	20.00
Educação		Governação	
Apoio à Reconstrução de Escolas Rurais	203.95	Alocação às Autarquias	1,367.92
Construção de Salas de Aulas	597.08	Alocação aos Distritos	16,713.93
Reforma da Educação Profissional	427.96	Assembleias Provinciais	313.70
Subsídio de Alfabetizadores	64.56		
Livro Escolar	608.49		
Apoio Directo às Escolas	566.61		
Carteiras Escolares	18.10		
Construção e Reabilitação de Escolas Secud. e Técnicas	1,108.43		
Infraestruturas		Saúde	
Electrificação Rural	420.77	Aquisição e Distribuição de Medicamentos	1,425.07
Dragagem Porto da Beira	989.59	Programa do HIV-SIDA - Alívio Pobreza	149.67
Desenvolvimento do Sector dos Transportes	114.48	Construção e Reab.de Centros de Saúde	0.18
Telecomunicações Para as Sedes Distritais	917.50	Desenvolvimento de Infraestruturas de Nível II, III e IV	705.92
Aquisição de 5 Embarcações, 3 Pontões e 1 Passadiço	736.69		
Reabilitação da Terminal de Carvão	1,468.00		
Reconstrução da Linha Férrea Cuamba - Lichinga	1,284.50		
Água e Saneamento	2,698.12		
Construção, Reabilitação e Manutenção de Estradas e Pontes	9,490.70		
Construção e Reabilitação de Barragens	1,042.76		

III.7.3. Despesas com Operações Financeiras

Conforme ilustra o Quadro 9, as operações financeiras fixar-se-ão em 3.574,2 milhões de MT, sendo as operações financeiras passivas no valor de 2.360,3 milhões de MT e as operações financeiras activas no valor de 1.213,9 milhões de MT.

Quadro 9. Operações Financeiras do Estado

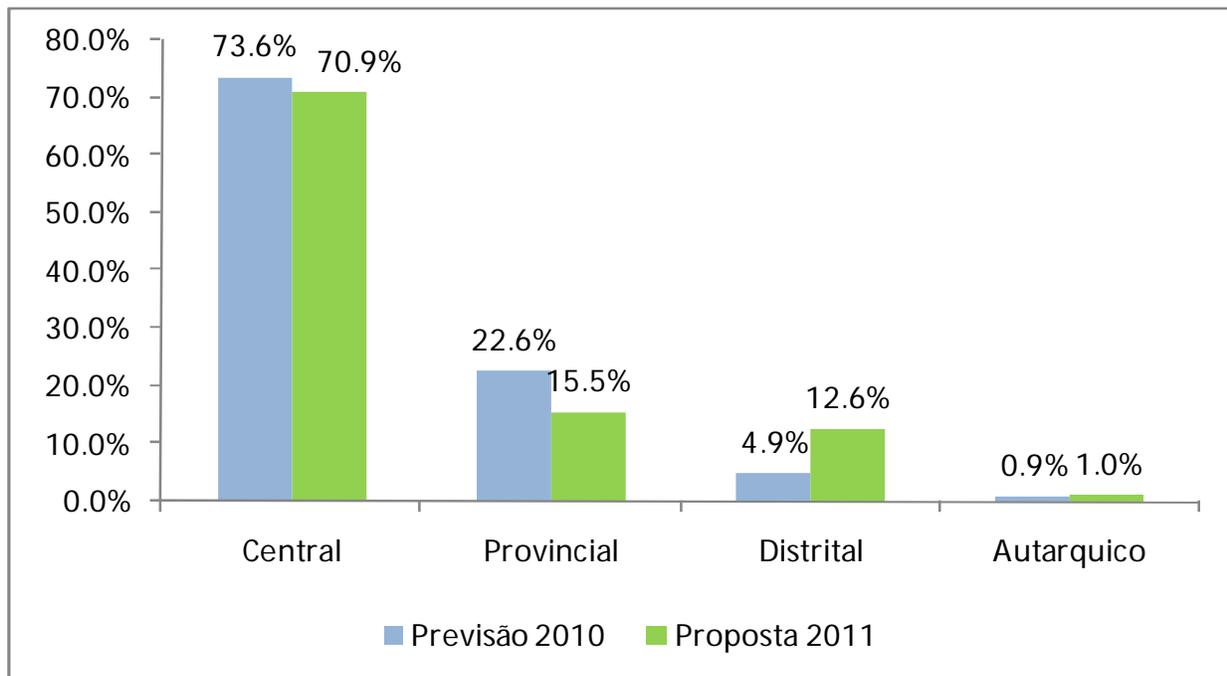
Milhões de MT	2009	2010	2011	2009	2010	2011
	CGE	Previsão	Proposta	CGE	Previsão	Proposta
Operações Financeiras	5,746.95	4,711.30	3,574.17	2.1%	1.5%	1.0%
Activas	4,570.81	2,795.21	1,213.92	1.7%	0.9%	0.3%
Capital Socias às empresas	239.02	47.00	69.62	0.1%	0.0%	0.0%
Outras	-	-	124.80	0.0%	0.0%	0.0%
Empréstimos às empresas	4,331.78	2,748.21	1,019.50	1.6%	0.8%	0.3%
Passivas	1,176.15	1,916.09	2,360.25	0.4%	0.6%	0.6%
Amortizações de Empréstimos Externos	707.25	1,232.49	2,046.74	0.3%	0.4%	0.5%
Amortizações de Empréstimos Internos	468.90	683.60	313.51	0.2%	0.2%	0.1%

Devido a redução dos empréstimos brutos às empresas e das amortizações de empréstimos internos, para o ano de 2011, prevê-se uma redução da verba das Operações Financeiras em 0.5pp do PIB, se comparado com o ano de 2010.

IV. Despesas Globais por Âmbito (Central, Provincial, Distrital e Autárquico)

O Gráfico 4 ilustra o comportamento da distribuição da despesa do Estado por âmbito (Central, Provincial, Distrital e Autárquico), verificando-se que a alocação ao nível central tem vindo a reduzir, privilegiando-se a alocação ao distrito e às autarquias, de acordo com a política de descentralização de recursos, plasmada no PQG 2010 - 2014.

Gráfico 4. Despesas Globais por Âmbito



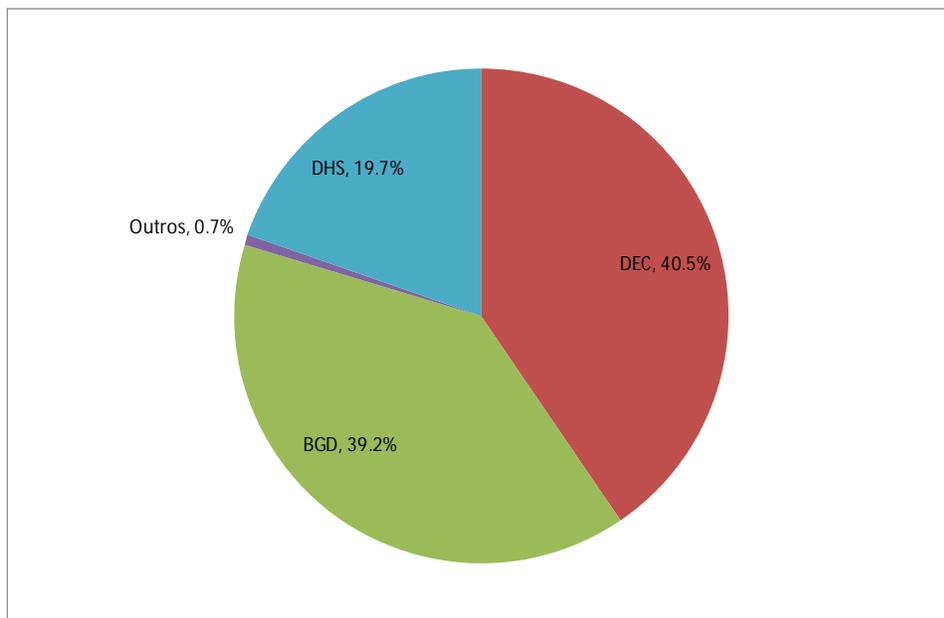
Em 2011, o nível distrital absorverá cerca de 12,6% do volume total de recursos, o que representa um aumento em cerca de 7.7pp, face ao volume de recursos canalizados em 2010.

V. Despesas Globais por Programas

A estrutura programática do OE 2011 reflecte as principais linhas orientadoras traçadas no PQG 2010-14, centradas em torno do Objectivo Central de “combater a pobreza para melhorar as condições de vida do povo moçambicano em ambiente de paz, harmonia e tranquilidade”. O Objectivo Central desdobra-se em seis Objectivos Gerais (OG) que por sua vez estão alinhados às várias áreas e sub-áreas estratégicas às quais estão associadas os Programas e Sub-programas do Governo

O Gráfico 5 ilustra a distribuição da despesa total pelos seis Objectivos Gerais (OG) do PQG. Os OGs “Combate à Pobreza e Promoção da Cultura de Trabalho - Desenvolvimento Económico e Desenvolvimento Humano e Social” e “Boa Governação, Descentralização, Combate à Corrupção e Promoção da Cultura de Prestação de Contas” concentram a quase totalidade dos recursos representando respectivamente 40,5%, 19,7% e 39,2% da despesa pública.

Gráfico 5. Despesa Total por Objectivos Gerais do PQG³

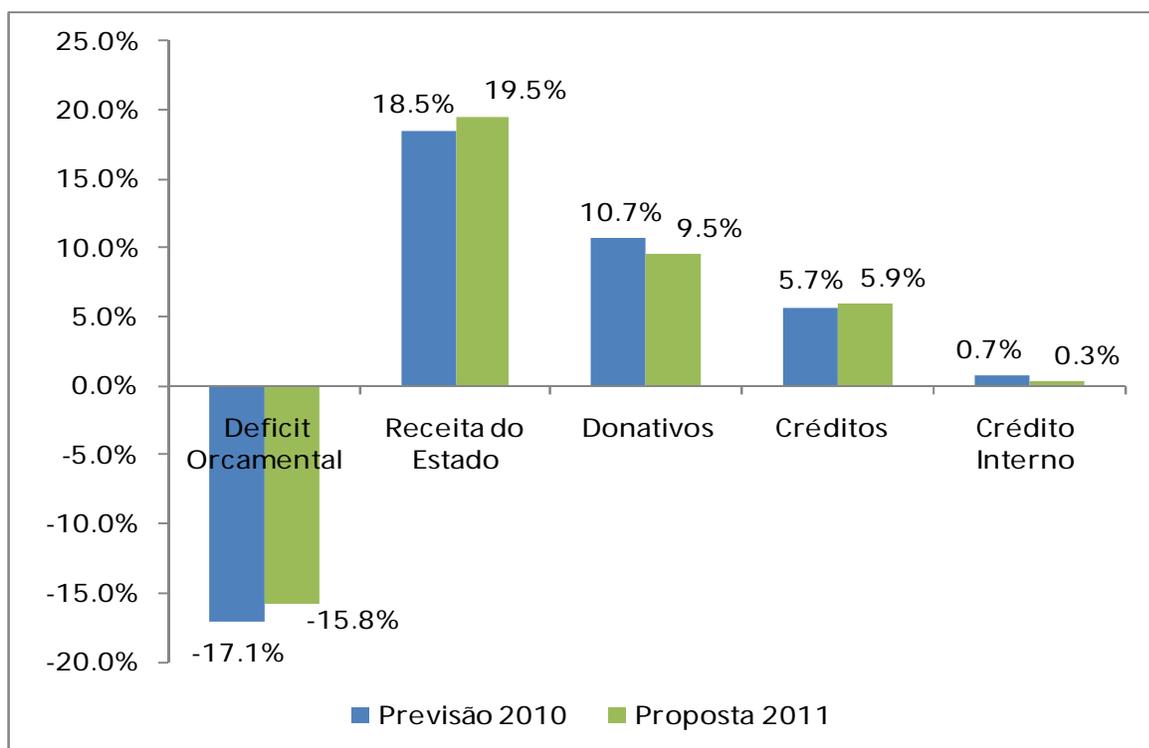


3 DEC: Combate à Pobreza e Promoção da Cultura de Trabalho e Desenvolvimento Económico; **BGD:** Boa Governação, Descentralização, Combate à Corrupção e Promoção da Cultura de Prestação de Contas; **DHS:** Combate à Pobreza e Promoção da Cultura de Trabalho - Desenvolvimento Humano e Social; **Outros (RCI:** Reforço da Cooperação Internacional; **RDS** - Reforço da Soberania; **CPD** - Consolidação da Unidade Nacional, Paz e Democracia).

VI. Financiamento do Orçamento do Estado

A previsão da receita do Estado é estimada em 73.274,8 milhões de MT contra a despesa do Estado prevista de 132.403,2 milhões de MT, o que resulta num défice de 59.128,3 milhões de MT, ou seja 15.8% do PIB.

Gráfico 6. Evolução do Financiamento do Déficit para 2011



O Gráfico 6 mostra as fontes de financiamento do Orçamento do Estado em 2011, podendo se destacar as seguintes:

- As Receitas do Estado crescem de 18.5% em 2010 para 19.5% em 2011, o que significa um aumento em cerca de 1pp do PIB;
- Os Donativos passam de 10.7% para 9.5% em 2011, o que representa uma diminuição no financiamento do OE em de 1.2pp do PIB, devido a redução dos donativos para projectos de investimento e de alguns fundos comuns, a destacar o FASE, PROAGRI, PROSAUDE;

- O Crédito Externo passa de 5.7% para 5.9% em percentagem do PIB, o que significa um crescimento em 0.2pp do PIB;
- O Crédito Interno reduziu para cerca de 0.7% do PIB contra os 0.3% estimados para 2010, o que é motivado pelo crescimento das receitas do Estado e pela adopção de uma política orçamental restritiva.

VII. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O volume de recursos e despesas totais que incorporam o Orçamento do Estado para 2011 é descrito no Quadro 10, a seguir.

Quadro 10. Mapa Demonstrativo do Equilíbrio Orçamental

Milhões de MT	2009	2010	2010	2011	2009	2010	2010	2011
	CGE	LEI	Previsão	Proposta	CGE	LEI	Previsão	Proposta
Total de Recursos	84,876.1	117,977.2	115,479.7	132,403.2	31.6%	38.6%	35.6%	35.3%
Recursos Internos	45,293.5	65,960.6	62,243.6	74,338.3	16.8%	21.6%	19.2%	19.8%
Recursos do Estado	47,565	57,431.8	59,940.0	73,274.8	17.7%	18.8%	18.5%	19.5%
Receitas Correntes	45,849.7	56,159.8	59,000.9	71,962.3	17.0%	18.4%	18.2%	19.2%
Receitas Fiscais	39,393.8	47,310.8	49,819.0	60,796.3	14.6%	15.5%	15.4%	16.2%
Impostos sobre rendimentos	13,726.8	17,498.8	17,475.1	23,365.1	5.1%	5.7%	5.4%	6.2%
Imposto especial sobre o Jogo	47	59.1	59.1	69.3	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Receitas sobre Bens e Serviços	23,880.2	27,562.1	30,083.5	34,415.9	8.9%	9.0%	9.3%	9.2%
Outros Impostos Fiscais	1,787	2,250.0	2,260.5	3,015.3	0.7%	0.7%	0.7%	0.8%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	2,811.2	4,590.3	4,923.3	6,314.1	1.0%	1.5%	1.5%	1.7%
Receitas Consignadas	3,644.6	4,258.6	4,258.6	4,851.9	1.4%	1.4%	1.3%	1.3%
Receitas de Capital	1,715.3	939.1	939.1	1,312.5	0.6%	0.3%	0.3%	0.4%
Crédito Interno	(2,271.4)	8,528.8	2,303.6	1,063.5	-0.8%	2.8%	0.7%	0.3%
Recursos Externos	39,582.5	52,016.6	53,236.1	58,064.8	14.7%	17.0%	16.4%	15.5%
Donativos	25,770.8	33,776.0	34,661.0	35,768.8	9.6%	11.0%	10.7%	9.5%
Créditos	13,811.8	18,240.7	18,575.2	22,296.0	5.1%	6.0%	5.7%	5.9%
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	84,876.1	117,977.2	115,479.7	132,403.2	31.6%	38.6%	35.6%	35.3%
Despesas Correntes	43,792.9	57,526.5	58,445.3	68,785.1	16.3%	18.8%	18.0%	18.3%
Despesas com o Pessoal	22,544.3	29,558.6	30,938.1	36,250.0	8.4%	9.7%	9.5%	9.7%
Bens e Serviços	9,081.2	10,399.7	8,936.1	9,763.5	3.4%	3.4%	2.8%	2.6%
Encargos da Dívida	1,370.7	1,763.0	2,216.6	3,594.0	0.5%	0.6%	0.7%	1.0%
Transferências Correntes	7,912.6	10,489.5	10,551.1	11,503.5	2.9%	3.4%	3.3%	3.1%
Subsídios	437.5	1,849.8	2,337.8	2,965.2	0.2%	0.6%	0.7%	0.8%
Outras Despesas Correntes	2,158.9	2,920.6	2,920.6	4,344.9	0.8%	1.0%	0.9%	1.2%
Exercícios Findos	0.1	12.0	12.0	46.4	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
Despesas de Capital	287.7	532.9	532.9	317.6	0.1%	0.2%	0.2%	0.1%
Despesas de Investimento	35,336.2	55,805.0	52,323.1	60,043.9	13.1%	18.3%	16.1%	16.0%
Componente Interna	13,431.5	20,790.6	16,904.7	18,839.5	5.0%	6.8%	5.2%	5.0%
Componente Externa	21,904.7	35,014.5	35,418.5	41,204.3	8.1%	11.5%	10.9%	11.0%
Operações Financeiras	5,747.0	4,645.7	4,711.3	3,574.2	2.1%	1.5%	1.5%	1.0%
Activas	4,570.8	2,795.2	2,795.2	1,213.9	1.7%	0.9%	0.9%	0.3%
Passivas	1,176.1	1,850.5	1,916.1	2,360.3	0.4%	0.6%	0.6%	0.6%

Como se pode verificar, o valor dos recursos programados para o exercício económico 2011 está estimado num montante avaliado em 132.403.2 milhões de MT. Deste montante, 74.338,3 milhões de MT representam a previsão das receitas do Estado e do crédito interno, e, 58.064,8 milhões de MT correspondem aos recursos externos.

As despesas totais programadas para o exercício económico 2011, incluindo as operações financeiras, situam-se em 132.403,2 milhões de MT. Deste montante 68.785,1 milhões de MT, correspondente a 18,3% do PIB, servirão para cobrir as despesas correntes com a finalidade de continuar a garantir o funcionamento pleno das instituições públicas; 60.043,9 milhões de MT, equivalente a 16,0% do PIB, representam as despesas de investimento, com vista a incrementar o crescimento económico do País; e, 3.574,2 milhões de MT que representam 1,0% do PIB, destinam-se as operações financeiras.

Deste modo, o volume total de recursos para o ano de 2011 é igual ao total das despesas programadas, ficando assim salvaguardado o Princípio do Equilíbrio Orçamental.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Quinquenal do Governo 2010-2014 centra-se no prosseguimento das acções implementadas nos programas anteriores, norteando a acção governativa no combate à pobreza para a melhoria das condições de vida do povo moçambicano, no campo e na cidade, em ambiente de paz harmonia e tranquilidade.

É neste contexto que a proposta do Orçamento do Estado para o exercício de 2011 operacionaliza as acções do PQG 2010 - 2014, criando condições para o incremento do volume e da qualidade na provisão de bens e serviços públicos, para a promoção do desenvolvimento do sector privado e bem como o aumento na competitividade da economia nacional.

Tendo em consideração a actual conjuntura macroeconómica nacional, a presente proposta de Orçamento de Estado é restritiva de forma a conter a expansão da procura interna, em resultado da espiral inflacionária e depreciação do metical face às principais moedas, com vista a garantir a correcção gradual dos desequilíbrios fiscais a médio prazo através das seguintes medidas: aumento e diversificação das fontes de captação de receitas para o Estado; estabilização da despesa total e contenção do saldo global antes e após donativos e consequentemente do nível de financiamento interno líquido; e minimização do recurso ao crédito interno para financiar o défice orçamental.

Com o objectivo de dinamizar a produção e produtividade da economia nacional, bem como corrigir problemas estruturais, a afectação da despesa pública, no OE 2011, irá priorizar investimentos nos sectores de Agricultura, Infraestruturas, Saúde, Educação e os ligados à área da Governação como a Justiça e Função Pública, em consonância com as principais linhas orientadoras do PQG 2010-14.

As acções acima servem de suporte para o crescimento económico sustentável e abrangente, com impacto no aumento do emprego e consequentemente na redução da pobreza rural e urbana.